



**CREFAZ SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO
PORTE LTDA**

Avenida duque de Caxias, 882, Zona 01, Maringá, Paraná, CEP 87.020-025

CNPJ: 18.188.384/0001-83

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em 30 de Junho de 2022.

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB no 2/2020, a Crefaz Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte LTDA, Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2022.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Notas Explicativas.

Obs.: De acordo com as normas vigentes, devem ser auditadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor.

Demonstrações divulgadas no site em **31/08/2022**.

<https://site.crefaz.com.br/>

Avenida Duque de Caxias, nº 882, Zona 01
Maringá, Paraná, CEP 87.020-025
Tel.: (44) 3013-9700



A Diretoria da **Crefaz** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Carlos Eduardo Navarro Ribeiro
Diretor

Danilo Tadeu Alves
Diretor

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, CARLOS EDUARDO NAVARRO RIBEIRO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 20/01/1984, empresário, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 8.368.546-8 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 047.417.389-57, residente e domiciliado na cidade de Maringá/PR, na Avenida São Paulo nº 413, Apto 202, bairro Zona 01, CEP 87013-040 e DANILO TADEU ALVES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.913.309-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 218.595.518-74, residente e domiciliado na cidade de Maringá/PR, na Rua Piratininga, nº 391 Apto 302, bairro Centro, CEP: 87.013-100 assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2022.

Carlos Eduardo Navarro Ribeiro
Diretor

Danilo Tadeu Alves
Diretor

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A Crefaz Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte LTDA, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE FINDO EM JUNHO DE 2022 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Crefaz Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda, constituída em 16 de maio de 2013, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das

Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em reais mil. A Crefaz Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte LTDA, avaliou os eventos subsequentes até o dia 15 de agosto de 2022, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: conforme resolução vigente inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que

não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista

na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	2.450	41
Título de Capitalização	3	31
Cotas de Fundo de Renda Fixa	447	10
Certificados de Depósitos Bancários	2.000	0

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99.

Segue a constituição das operações de crédito:

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	20.547	0	20.547	20.562	0	20.562
Títulos Descontados	0	0	0	0	0	0
Financiamentos	0	0	0	0	0	0
	<u>20.547</u>	<u>0</u>	<u>20.547</u>	<u>20.562</u>	<u>0</u>	<u>20.562</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.849	0	6.849	5.852	0	5.852
	<u>13.698</u>	<u>0</u>	<u>13.698</u>	<u>14.710</u>	<u>0</u>	<u>14.710</u>

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>

A	0,50%	4.587	23	5.518	27
B	1,00%	1.558	16	1.519	15
C	3,00%	2.970	89	2.868	86
D	10,00%	2.751	275	3.189	319
E	30,00%	1.902	571	1.938	581
F	50,00%	1.284	642	973	487
G	70,00%	872	610	733	513
H	100,00%	4.623	4.623	3.824	3.824
		20.547	6.849	20.562	5.852

5.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO CESSÃO CARTEIRA (FIDC)

No 1º semestre de 2022 a instituição cedeu operações no valor total acumulado de R\$ 236.116.863,23. No mesmo período de 2021, o montante foi de R\$ 266.914.498,61.

6. OUTROS CRÉDITOS

	2022	2021
Outros créditos	1.818	2.100
Adiantamento a Fornecedores	0	567
Adiantamento por Conta de Imobilização	221	194
Impostos a Compensar	288	288
Devedores Diversos	1.309	1.051

7. IMOBILIZADO

O ativo permanente da instituição no valor de R\$ 4.594 mil é composto por Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso com taxa de depreciação de 10% a.a., Sistema de Processamento de Dados e Veículos com taxa de depreciação de 20% a.a. conforme quadro abaixo:

	2022	2021
Imobilizado	4.594	4.457
Instalações	1.345	1.389
Móveis e Equipamentos	927	525
Sistema de Processamento de Dados	3.513	3.288
Veículos	100	100
(-) Depreciações Acumuladas	-1.291	-845

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	2022	2021
Outras obrigações	5.732	3.817
Cobrança e Arrecadação de Tributos	612	273
Sociais e Estatutárias	0	0
Fiscais e Previdenciárias	4.706	3.177
Credores Diversos País	414	367

9. EXIGÍVEL Á LONGO PRAZO

Abaixo a composição das outras obrigações exigíveis á longo prazo:

	2022	2021
Outras obrigações	3.779	6.455
Fiscais e previdenciárias	3.779	6.455

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social no 1º semestre de 2022 era de R\$ 1.000.000,00.

Reserva de Lucros

A empresa possui reservas de R\$ 13.627.839,67 constituída.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

		*Expresso em Reais
DISCRIMINAÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Contas de Resultado Credoras	73.342.984,18	142.518.176,24
Contas de Resultado Devedoras	-70.970.629,02	-126.903.500,61
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	2.372.355,16	15.351.694,53
(+) Adições	3.700.453,14	7.664.324,84
(-) Exclusões	-4.226.004,16	-4.963.464,60
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	1.846.804,14	18.315.535,87

(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	0	0
Lucro Tributário Real	1.846.804,14	18.315.535,87
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	449.701,04	4.554.883,97
Contribuição Social- 9%	1.66.212,37	1.648.398,23

12. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em

razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens:

Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

13. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 32,69% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de junho de 2022 em R\$ 16.384.218,40.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2022 foi autorizada pelos sócios da CREFAZ SCM LTDA, em agosto 2022.

CREFAZ SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 18.188.384/0001-83

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO				PASSIVO			
	NE	2022	2021		NE	2022	2021
CIRCULANTE		21.301	20.705	CIRCULANTE		5.732	3.817
Disponibilidades		3.335	3.854	Outras obrigações	8	5.732	3.817
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	2.450	41	Cobrança e arrec. de tributos		612	273
Carteira Própria		2450	41	Sociais e estatutárias		0	0
Operações de crédito	5	13.698	14.710	Fiscais e previdenciárias		4706	3.177
Operações de crédito		20547	20.562	Diversas		414	367
(-) Provisões p/ operações de cred. liquid. Duv		-6849	-5.852	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.779	6.455
Outros créditos	6	1.818	2.100	Outras obrigações	9	3.779	6.455
Diversos		1818	2.100	Fiscais e previdenciárias		3.779	6.455
NÃO CIRCULANTE		4.594	4.457	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	16.384	14.890
Imobilizado	7	4.594	4.457	Capital Social		1.000	1.000
Outras Imobilizações de Uso		5885	5.302	Capital		1000	1.000
(-) Depreciações Acumuladas		-1291	-845	Aumento Capital		0	0
TOTAL DO ATIVO		25.895	25.162	Reserva de Lucros		13628	13.890
				Lucros/Prejuízos acumulados		1756	0
				TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		25.895	25.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREFAZ SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 18.188.384/0001-83

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRES FIMOS EM JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRE	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>65.084</u>	<u>54.943</u>
Operações de crédito	10.201	3.938
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	34	0
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	54.849	51.005
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>-3.700</u>	<u>-2.776</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-3.700	-2.776
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>61.384</u>	<u>52.167</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>-59.080</u>	<u>-44.344</u>
Rendas de tarifas bancárias	8.191	8.496
Despesas de pessoal	-1.741	-1.625
Outras despesas administrativas	-61.909	-47.865
Despesas tributárias	-3.210	-2.859
Outras receitas operacionais	0	0
Outras despesas operacionais	-411	-491
RESULTADO OPERACIONAL	<u>2.304</u>	<u>7.823</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>68</u>	<u>0</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	<u>2.372</u>	<u>7.823</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>-616</u>	<u>-3.259</u>
Provisão para imposto de renda	-450	-2.393
Provisão para contribuição social	-166	-866
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>1.756</u>	<u>4.564</u>
Lucro por ação	1,7560	4,5640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREFAZ SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 18.188.384/0001-83

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação – R\$)

DRA	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>1.756</u>	<u>4.564</u>
Outros Resultados Abrangentes	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0
Apuração de Resultado		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>1.756</u>	<u>4.564</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

CREFAZ SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ: 18.188.384/0001-83

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE VALOR PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS	
		LEGAL	ESPECIAIS			2022	2021
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	1000	755	13135	0	0	14890	5479
1 - AUMENTO DE CAPITAL	0	0	0	0	0	0	0
2 - LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	0	0	0	0	1756	1756	4564
3 - DESTINAÇÕES:							
- RESERVAS LEGAL	0	0	0	0	0	0	0
- RESERVAS ESTATUTÁRIA	0	0	0	0	0	0	0
- DIVIDENDOS	0	0	-262	0	0	-262	0
4 - REVERSÕES DIVIDENDOS/JCP	0	0	0	0	0	0	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	1000	755	12873	0	1756	16384	10043
MUTAÇÕES DO PERÍODO	0	0	-262	0	1756	1494	4564

CREFAZ SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 18.188.384/0001-83

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (método indireto)

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil)

DFC		
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.022	2.021
1.1 Lucro/Prejuízo do período	1.756	4.564
1.2 Ajustes por Depreciação	446	210
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	997	1.927
2. Variação de Ativos e Obrigações	-2.873	-3.471
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	-2.409	-3
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	15	-7.775
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	282	-1.406
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	-808	5.244
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	47	469
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	326	3.230
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-583	-1.290
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	-583	-1.290
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	-262	0
5.1 Empréstimos País	0	0
5.2 Dividendos pagos	-262	0
5.3 Depósitos	0	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	-519	1.940
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.854	1.017
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.335	2.957
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		